

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2022 as 08:30 horas reuniram na sede da Câmara de Vereadores de Dilermando de Aguiar os membros do Comitê de Investimentos do RPPS presente Laudir Arnildo Lobler, Fabiane Pinton, Ana Maria Vieira Gomes, Luciano Rossi e do Conselho de Previdencia Jecelaine Barchet Lobler, Carmem Augustin e Jenifer Costa para deliberarem sobre a seguinte pauta: 1. Chamamento público, convenio com a EPC; 2. Projeto sugestão de alteração da Lei do comitê; 3. cálculo atuarial; 4. análise da rentabilidade das aplicações no mês de abril; 5. E-social do RPPS; 6. Avaliação da prova de certificação; 7. Indicação do representante de pensões e aposentados; 8. LGPD – lei geral de proteção de dados; 9. Assuntos gerais – galeria dos presidentes e conselheiros. Iniciou-se com a fala do Senhor Luciano comentando a respeito do chamamento público para convênio com a EPC sendo colocado que o processo foi adiado para o dia 24 de maio tendo em vista que não houve nenhuma empresa interessada em participar do certame e por não haver interessados em participar da segunda chamada vamos entrar em contato com algumas empresas para ver da possibilidde e interesse delas em participar do referido processo de chamamento publico para contratação de entidade gerenciadora de recursos para previdencia complementar conforme determina nossa lei no momento em que surgir no quadro de servidores alguem interessado ou que assuma o cargo com vencimento acima do teto. A seguir foi exposto os motivos da sugestão de uma nova lei para o Comitê de Investimento, destacando que a mesma foi estruturada em oito competencias especificas que tem como fim de seu processo a aplicação ou resgates nos fundos de investimento do RPPS o que esta diretamente ligado as atribuições principais do Comitê de Investimentos conforme competencias gerias tambem constantes do projeto sugestão. Foi colocado ainda que esse projeto prioriza a organização do comite com segregação de funções e atribuições próprias o que vem sendo uma exigencia constante das leis maiores em especial a Resolução CMN nº. 4.963 de 25 de novembro de 2021. Com relação ao calculo atuarial para fins de analise das possiveis mudancas nas premissas ocorridas em virtude do aumento do numero de cargos do plano de carreira, a presidente to conselho Ana colocou que não será feito um calculo atuarial especifico somente para esse caso e que tambem não existe a necessidade de contratação constante de um atuário para o RPPS. Com relação a rentabilidade foi colocado que, em relação ao atingimento da meta atuarial, de acordo com a IDAF / Referencia e DAIR o RPPS no mês de abril obteve uma rentabilidade positiva de 0,73%. Comparando com a meta/objetivo para o período de 1,47%, notamos que o desempenho foi **positivo**, porem abaixo da meta, pois não atingimos o percentual objetivo do mês ficando com apenas 49,42% do periodo. Quanto ao fluxo de caixa, item “g”, o senhor Laudir informa que hoje há um bom suporte para suprir as obrigações do mês em curso, tendo em vista que temos em conta, o valor de R\$ 16.863.024,55 e que tivemos um rendimento positivo no mês de R\$ 122.022,78 o que equivale a uma rentabilidade positiva de 0,73%. Feita as avaliações necessarias quanto aos rendimentos e o não atingimento da meta optou-se mesmo assim pela continuidade das

aplicações junto ao banco do Brasil, Caixa e Banrisul. Com relação a rentabilidade dos fundos, tivemos uma rentabilidade positiva no geral e por orientações da empresa IDAF, optamos por permancer com as mesmas carteiras. Com relação ao enquadramento foi colocado que os recursos do RPPS estão sendo aplicados nos mesmos de forma enquadrada nos fundos do Banrisul, Banco do Brasil e Caixa. Com relação ao e-social foi colocado pela presidente Ana que em contato com o Diretor Luiz Wagner, o mesmo lhe informou que deverá ser feita a contratação do IGAM para que o e-social seja enviado o que foi colocado pelo Servidor Luciano, e demais membros, que não concorda que isso esteja ocorrendo pois se trata de uma rotina normal de RH e que não há necessidade alguma dessa contratação nem mesmo para o e-social da prefeitura, muito menos para o RPPS. Com relação a avaliação da prova de certificação realizada pelo Servidor Laudir no Intituto Totum o mesmo colocou que a prova apresentou varias questões relacioandas aos conteudos utilizados pelos membros do comitê de investimento nas suas tarefas diárias e que não é nada muito simples por conta da abrangencias das questões que tratam assuntos diversas de forma muito aleatória, porém trazem quatro alternativas, sendo que duas delas já podem ser de imediato descartadas. Com relação a indicação dos membros dos aposentados e pensionistas ao Conselho já foi enviado oficio os mesmos e houve interesse das professoras Fatima Pimentel e Vera Hundetmach e por isso elas devem fazer essa escolha entre elas mesmo qual delas irá assumir. Além disso, ficou acordado que será oficiado o Poder Executivo para que faça uma nova portaria de nomeação dos membros do Conselho e inclua a hoje suplente Jenifer Costa no lugar da representatividade da Câmara conforme determina o inciso III do paragrafo segundo do art. 106 da Lei Munciipal nº. 877/2020. Com relação ao credenciamento dos fundos os membros do Comitê de Investimentos receberam o memso com o propósito de analisar e credenciar as Instituições financeiras Banrisul, Caixa Economica Federal e Banco do Brasil e após a análise detalhada da documentação recebida da consultoria Referência ficaram credenciados por um período de 12 meses, sendo que o próximo vencimento dos credenciamentos será em 19/05/2023, já sendo assinado pelos membros do comite de investimentos. Alem disso, foi colocada pela presidente Ana que será feita uma reunoão com o Sicredi para possivel credenciamento dessa instituição e seus fundos para posterior aplicação nos mesmos. Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados foram colocados varios assuntos dentre eles a importancia de haver uma regulamentação urgente sobre a segurança de dados do RPPS, policitca de privacidade de senhas e possivel segregação de funções, pois hoje o acesso aos recursos do RPPS estão concentrado em apenas uma pessoa o que de nenhuma forma é recomendado pela politica de segurnaça de dados. Outra questão interessante colocada foi quanto a solicitação de um espaço destinado apenas ao RPPS e Comite assim como um servidor em um dia fixo para a realização dos serviços admisntrativos e para que possamos ter maior segurança dos dados existente junto ao fundo. Nos assuntos gerais foi colocado sobre a possivel confecção de uma galeria de presidentes e conselheiros o que será discutido no proximo exercicio. Nada mais havendo a tratar, eu Laudir Lobler, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes a essa reunião.